

Fonte: www.conselho.saude.gov.br

Brasília, 10 de setembro de 2013

Comissão Organizadora da 5ª CNSI se reúne hoje no Pleno do CNS

Acontece hoje, dia 10 de setembro, a 6ª Reunião da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. A reunião, que começou às 10h e está marcada para acabar às 17h, faz uma avaliação das etapas distritais que já ocorreram.



O indígena Kleber Karipuna, membro da comissão organizadora da 5ª CNSI, faz uma avaliação positiva da etapa Amapá e Norte do Pará, realizada nos dias 4, 5 e 6. “Aprovamos 35 propostas e cerca de 90% delas vão contribuir muito para o debate da política de atenção à saúde indígena, na etapa nacional”. Outro ponto levantado por Kleber, foi o crescimento do Controle Social na saúde indígena se estendendo assim, para o crescimento do controle social como um todo.

A metodologia utilizada na etapa nacional e agenda de trabalho da Comissão de Relatoria, também da etapa nacional, ainda serão pontos de pauta na reunião.

Foto: Natália Pires - ASCOM/SE/CNS *Clique para acessá-la em alta qualidade.*

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Terça, 10 de setembro de 2013, 14h30
apuração de denúncia

Comissão de Saúde confirma convocação para quarta-feira

Marianna Marimon, repórter do GD

Chico Ferreira



Presidente da Comissão de Saúde, deputado estadual Antônio Azambuja, confirmou a convocação do diretor da OSS e vereador de Sinop, para esclarecerem denúncia de desvio na saúde

Conforme Henry, ocorreram desvios na ordem de R\$37 milhões, já que o Ministério da Saúde repassa mensalmente, R\$5,6 milhões para que sejam investidos em três unidades para atendimento de alta e média complexidade, sendo os hospitais de Sinop, Alta Floresta e Várzea Grande.

Contudo, o hospital de Sinop, que passa por reforma, deveria receber R\$3,415 milhões/mês, sendo que os valores seriam menores nos meses de agosto a abril de 2013, para que o restante fosse investido para a finalização da reforma. Com isso, a OSS tem recebido R\$1,54 mi/mês, e mais três parcelas de R\$2,1 milhões, para investimentos na reforma e aquisição de equipamentos. Mas, os valores recebidos pela OSS continuam em R\$1,54 mi/mês, já que segundo Mauri Rodrigues, a reforma não foi finalizada, e por isso, os repasses para Sinop teriam sido distribuídos para outras unidades.

As declarações de Mauri Rodrigues causaram revolta nos parlamentares, que o acusaram de improbidade administrativa, por repassar valores que deveriam ter sido investidos em Sinop, conforme preceitua o Ministério da Saúde, já que os recursos são do governo federal. Outro

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa confirmou para esta quarta-feira (11) às 15h, no Auditório Licínio Monteiro, a convocação do diretor da Organização Social de Saúde (OSS) que gerencia o Hospital Regional de Sinop, Wellington Arantes, bem como o presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Sinop, vereador Wollgran Araújo (DEM), conforme informações do presidente da Comissão, deputado estadual Antônio Azambuja (PP). Os dois convocados devem fazer esclarecimentos acerca da denúncia apresentada pelo deputado federal Pedro Henry (PP) de que foram desviados R\$37 milhões de investimentos para o município.

A denúncia de desvio foi apresentada pelo deputado federal Pedro Henry (PP), que comandou a pasta de saúde de 2011 a 2012.



ponto questionado é sobre a contrapartida de 30% do Estado, que não foi explicado pelo secretário.

Sem apresentar documentos que comprovem as suas declarações, Mauri Rodrigues já foi oficializado pela Comissão de Saúde para que apresente todos os comprovantes de pagamento realizados à OSS de Sinop, que também deve apresentar as planilhas de pagamentos à Comissão de Saúde.

Em Sinop, a Comissão de Saúde da Câmara Municipal já colheu o depoimento de Arantes sobre a reforma no Hospital Regional do município, em que apontou a necessidade de gerador, elevador, secador de ar comprimido, respiradores e outros equipamentos.

Arantes informou que sobre os repasses há pendência de 40% referentes ao mês de dezembro, e que agosto e setembro ainda estão em aberto. O diretor explicou que depende destes valores para abrir o hospital. “Se o restante dos recursos liberados pelo Ministério, R\$ 3,2 milhões fossem repassados e os equipamentos encaminhados, no prazo de 60 dias seria possível a abertura de, no mínimo, 80% a 85% do hospital”, finalizou”.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Nacional
Terça, 10 de setembro de 2013, 10h31
doença crônica

SUS terá mais um medicamento para tratamento da psoríase

Agência Brasil

Divulgação



O Ministério da Saúde incluiu o medicamento metotrexato injetável para o tratamento da psoríase no âmbito no Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão foi publicada na edição desta terça-feira hoje (10) do Diário Oficial da União.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a psoríase é uma doença imune inflamatória crônica da pele, que atinge



cerca de 3% da população mundial. Na maioria das vezes, ela se manifesta por lesões avermelhadas ou róseas cobertas por escamas esbranquiçadas. A doença pode aparecer nos joelhos, cotovelos ou no couro cabeludo. Em alguns casos, pode se espalhar por toda a pele.

A psoríase não tem cura, mas seus sintomas podem ser controlados por meio de tratamento. A doença pode ser desenvolvida em pessoas de todas as idades e ambos os sexos e não é contagiosa.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Terça, 10 de setembro de 2013, 09h35

caos saúde

Estrutura de hospital de Guarantã está em situação precária

Redação do GD/Só Notícias

A estrutura do Hospital Municipal de Guarantã do Norte (715 km ao Norte de Cuiabá) deve passar por reformas a partir desta terça-feira (10). Atualmente, a unidade tem 36 leitos e conta uma ala infantil. De acordo com a prefeitura, a situação é precária e é necessário trocar as janelas, portas, pinturas e infiltrações. A previsão para a conclusão é até dezembro.

O investimento deve ser de R\$ 90 mil. Segundo a prefeita Sandra Martins, a obra interna deve proporcionar melhor comodidade para os cem pacientes que passam diariamente pela unidade, além dos funcionários. O atendimento não será prejudicado durante os trabalhos.

Conforme a assessoria, o governo teria prometido liberar cerca de R\$ 2,5 milhões para a construção de uma nova unidade na cidade, o que não ocorreu.

O prédio onde funciona a unidade foi comprado , em 2007, pelo prefeito José Humberto Macedo, por cerca de R\$ 560 mil. Foi a alternativa encontrada para economizar os R\$ 11 mil reais de aluguel mensal.

Há seis anos, nenhuma reforma foi feita. Uma empreiteira iniciou, ano passado, a construção da nova recepção, mas interrompeu o serviço, este ano, por falta de aditivo no valor de R\$ 520 mil. A prefeitura deve contratar uma nova empresa.

No próximo ano, segundo a prefeita, um novo projeto para a climatização de todos os leitos e a troca de pisos deve ser executado.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Terça, 10 de setembro de 2013, 08h34

CAOS DE SAÚDE

Mauri não dá prazo para Hospital de Sinop funcionar com capacidade total

Redação do GD/Só Notícias

Só Notícias



O secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, evitou falar em prazo para o funcionamento pleno do Hospital Regional de Sinop, nesta segunda-feira (9), em sabatina na Câmara de Vereadores de Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá), a respeito dos investimentos feitos na unidade. Apesar disso afirmou os repasses para as obras de reforma já aconteceram praticamente na totalidade, no último mês agosto, com mais de R\$ 2 milhões, sendo apurado agora a aplicação do valor, já que os trabalhos ainda não foram concluídos.

"Infelizmente na vida pública fica muito difícil estabelecer prazos, diferentemente na vida privada [...] É bem verdade que precisa ser entregue mas não teria como, nem que quisesse, de estipular prazo porque prazo se cumpre".

Segundo o secretário, "as medidas já estão sendo tomadas pela comissão de avaliação e controle da própria secretaria, pedido prestação de contas, ouvindo, explicando, ponderando. E, certamente ,diante de todo esse impasse esse secretário não deixará de fazer qualquer questionamento que venha a ser apresentado com fundação de ordem legal, quanto qualquer possibilidade que possa existir no cumprimento.

Esperamos que se tenham nenhum tipo de situação que se possa evidenciar qualquer tipo de situação não condiz o que está claro no processo licitatório e na boa aplicação do recurso", afirmou. "Chegando a qualquer tipo de denúncia, obviamente consistente, com provas que possam lucidar os fatos e exijam do gestor qualquer procedimento não vou titubear nenhum minuto para que se possa que possa tomar qualquer decisão que é dever. Agora não podemos tomarmos decisões em cima de eu acho, se", acrescentou.

Mauri destacou que a pasta "vem acompanhando [os trabalhos] desde quando foi enviado o primeiro recurso em meados de agosto de 2012, quando foi feito o primeiro repasse e outros, acompanhando, compartilhando de todas dificuldades que existem, burocráticas quanto a prestação de contas, as possibilidades de fazer ou não dentro de um nível de responsabilidade para que ninguém possa ser prejudicado", disse.



O titular da pasta de saúde reforça que "o recurso foi liberado em agosto do ano passado, tenho colocado que se esses recursos tivessem sido aplicados lá nesse período todas as controvérsias que existe repasse ou deixar de existir, certamente, já poderia ter sido utilizado na compra de demais equipamentos. Isso não ocorreu por "n" motivos alegados pelas própria instituição que respeito".

Sobre as denúncias do deputado federal e ex-secretário da pasta, Pedro Henry (PP), da não aplicação de R\$ 37 milhões que deveriam ser repassados pelo Estado Hospital Regional, Mauri reafirmou o que disse na Assembleia, em outra sabatina, na semana passada. Ele apresentou dados divergentes (das acusações) sobre os valores que deixaram de ser investidos na unidade, que desde abril deveria estar recebendo R\$ 3,4 milhões, mas continua recebendo R\$ 1,5 milhão. Afirmou que a outra parte recurso estaria sendo aplicada em unidades e, em outro momento, destacou que o recurso era compartilhado com mais outras 30 hospitais no Estado.

Segundo ele, o "desvio" da finalidade desses recursos foram necessários, pois a unidade sinopense ainda não está em pleno funcionamento. Devido a isso, do dinheiro destinado pelo Ministério da Saúde, apenas R\$ 1,5 milhão são enviados para o município.

Para o presidente da comissão na câmara, que acompanha as obras do hospital, Wolgran Araújo (DEM), a sabatina atendeu parcialmente a expectativa. "Pelo menos vimos uma vontade em resolver esse problema. Essa situação temos que solucionar de qualquer maneira. Não tem mais como um Hospital Regional que vai aumentar em 50% o número de eleitos, fechado. Tem alguns repasses que foram feitos, que vamos sentar com a comissão, analisar e questionar novamente o hospital. A comissão em si espera a solução do problema e que Sinop contemple mais 25 leitos de UTI", disse.

Sobre os equipamentos da unidade, cerca 90% já comprados continuam em Cuiabá, por ser mais "seguro", segundo o secretário e estarem na garantia até serem instalados.

Fonte: www.olhardireto.com.br Notícias / **Educação**

10/09/2013 - 04:13

Mercadante retoma previsão de R\$ 112 bilhões para saúde e educação em dez anos

Agência Brasil

A vinculação dos royalties e de metade do Fundo Social do pré-sal à educação e à saúde deverão trazer para os dois setores R\$ 112 bilhões, nos próximos dez anos, e R\$ 362 bilhões, nos próximos 30 anos, disse o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. "Os



valores vão depender do preço futuro do petróleo e da taxa de câmbio, mas é uma riqueza bastante importante. É a receita mais promissora do estado brasileiro, e essa é a vinculação mais estratégica que o país podia fazer", ressaltou o ministro.

As previsões variam – a presidenta Dilma Rousseff disse, no mês passado, que os recursos do petróleo do pré-sal a serem investidos em educação devem chegar a R\$ 112 bilhões em 35 anos. No último dia 19, a presidenta projetava a chegada dos mesmos recursos ao setor em dez anos, tal como previu hoje (9) o ministro.

De acordo com Mercadante, neste ano, o setor da educação deve receber um acréscimo de R\$ 15 bilhões, "R\$ 10 bilhões para pessoal e R\$ 5 bilhões para os demais gastos do ministério". O aumento, segundo ele, é superior ao que virá dos royalties. "Mas, no médio prazo, em quatro ou cinco anos, com o Campo de Libra [na Bacia de Santos, em São Paulo], os royalties vão ser decisivos. O salto vai ser extraordinário. E tudo isso está sendo prioritariamente destinado à educação."

O ministro reafirmou que os royalties são para preparar o país para um futuro sem os recursos. "As futuras gerações não terão essa riqueza. O que vamos deixar para os nossos netos? Deixaremos um país educado, um país preparado para produzir ciência, inovação, tecnologia, cultura e civilidade. Este é o caminho para ter um país verdadeiramente desenvolvido."

A presidenta Dilma Rousseff sancionou hoje a lei que destina 75% dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde. Pelo texto, a aplicação de 50% dos recursos do Fundo Social vai para a saúde e a educação até que se cumpra a meta de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação do Plano Nacional de Educação (PNE). Pelo projeto, a expectativa é que, em até 15 anos, os rendimentos obtidos pelo fundo sejam suficientes para cumprir as metas do PNE e da saúde. A mudança, no entanto, vale apenas para os novos contratos da União. Os campos em atividade, que permaneceram controlados pelos governos estaduais, ficaram fora da proposta.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

10 de Setembro de 2013 - 08:42

Lucas está apto a receber profissionais do programa "Mais Médicos"



Fonte: Só Notícias/Altair Anderli, de Lucas do Rio Verde

O Ministério da Saúde acatou os argumentos da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e corrigiu um erro técnico. Desta forma, o município está incluso no programa federal "Mais Médicos". A confirmação foi feita pelo líder do Executivo na Câmara, vereador Aluízio Bassani, durante a sessão de ontem.

"Se a gente vai ser contemplado ou não é outra história. Cabe agora ao governo federal avaliar. Mas hoje a gente está apto a receber os profissionais deste programa e esperamos que sejamos contemplados, pois são mais um ou dois médicos que vêm ajudar a minimizar os problemas de saúde no município".

O vereador usou a tribuna para anunciar também que o município de Lucas do Rio Verde foi credenciado pelo governo federal para receber uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Conforme Bassani, o valor a ser investido na unidade é de R\$ 2,8 milhões. A contrapartida do município será a de mobiliar a unidade com equipamentos para seu funcionamento. "A gente espera que isso se concretize o mais rápido possível. Essa UPA tem um custo mensal que o município vai arcar. Existem alguns recursos do Ministério da Saúde, mas o custo maior é do município".